

Revisão. A Cooperação Sul-Sul no estudo das Relações Internacionais¹

Paula Ruiz^(a)

Sugerencia de citación:

Ruiz, P. (2017). Reseña. A Cooperação Sul-Sul no estudo das Relações Internacionais. *Razón Crítica*, 3, 177-183.

(1) Esta é uma resenha analítica do livro de, Ojeda, Tahina (2016). *Relaciones Internacionales y cooperación con enfoque Sur-Sur*. (pp. 238). Bogotá: Planeta.

(a) Doctoranda en Estudios Políticos, Docente-Investigadora de la Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales de la Universidad Externado de Colombia. Bogotá – Colombia.
<http://orcid.org/0000-0002-6848-9936>. paula.ruiz@uexternado.edu.co

O resumo, a seguir, aborda o trabalho de pesquisa de Tahina Ojeda Medina titulado “*Relaciones Internacionales y Cooperación con Enfoque Sur-Sur*”, uma contribuição acadêmica a partir do estudo e análise da evolução da Cooperação Sul-Sul (CSS) na América Latina. O escopo que a autora pretende atingir é assinalar a importância da incorporação de uma noção teórica voltada para a disciplina das relações internacionais dentro do estudo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), assunto que na atualidade, constitui uma área pouco estudada.

Nos últimos anos, a literatura em torno da CSS tem aumentado na América Latina, com a especial dedicação do Instituto Universitário para o Desenvolvimento e Cooperação da Universidade Complutense de Madrid. Instituto o qual, vem publicando uma série de estudos que analisam a CSS, principalmente, na região latino-americana (Ayllón e Surasky, 2010; Sotillo, 2011; Ayllón e Ojeda, 2013; Santander, 2016; Sotillo e Ayllón, 2017). O caso da América Latina, evidencia o que em diferentes níveis de atuação (local, estadual, regional ou internacional) se está fazendo para alcançar uma boa gestão técnica e um apropriado alinhamento político em torno à implementação da CSS.

No contexto internacional, por exemplo, a maioria dos países da América Latina têm participado de maneira mais ativa nas discussões sobre os assuntos do desenvolvimento. Desta forma, se incentiva a consolidação da nova agenda de desenvolvimento: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em setembro de 2015. Tal agenda pretende ser mais inclusiva em relação aos países localizados no sul da América Latina, do que foi anteriormente, a agenda dos objetivos do milênio.

Por outro lado, no âmbito regional a CSS na América Latina está sendo implementada como uma ferramenta para melhorar os processos coletivos do desenvolvimento de forma mais autônoma, mediante a consolidação de acordos regionais, nos quais os países da região podem compartilhar experiências e conhecimentos, bem como boas e novas práticas.

Como apontado pela Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena “A região latino-americana e do Caribe tem feito importantes progressos quanto ao estabelecimento de mecanismos para a deliberação e a cooperação regional e sub-regional.” (2015, p. 146).

Por sua parte, no âmbito local, cada país vem incorporando dentro de suas políticas internas os compromissos internacionais, visando alcançar os ODS dentro de suas fronteiras e ao mesmo tempo, atingir seus propósitos em assuntos relacionados com a política exterior.

Pelo anteriormente exposto, é importante divulgar os trabalhos acadêmicos que existem sobre os assuntos da CID na América Latina, trabalhos que salientam a importância de incorporar um olhar voltado para as relações internacionais.

Em primeiro lugar, a autora começa por analisar o que define como *O labirinto da CSS*, um capítulo que pretende explorar os desafios através dos quais é construída a concepção política e ideológica em torno ao conceito da CSS. Uma CSS definida como uma modalidade complementar à CID, uma modalidade que é dinâmica e que está ganhando terreno, mas que precisa de maior acompanhamento e avaliação.

Parte importante desse labirinto, é evidenciar a mutação que na última década está acontecendo dentro do sistema internacional de cooperação. Um processo de transformação que emerge pelo interesse de um grupo de países que acreditam ter alguns elementos sociais e econômicos em comum. Esses países do *Sul global*, precisam fortalecer suas relações bilaterais a fim de conseguir, por um lado, maior visibilidade e posicionamento, e por outro, ter maior incumbência no processo de toma de decisões sobre os assuntos comerciais e questões relativas ao seu próprio desenvolvimento. Isso, é um reflexo do que a autora chama de “*resistência proativa*” ao sistema predominante dos países do norte.

No entanto, esse não é um comportamento comum a todos os países que fazem parte do *Sul global*, pois seus comportamentos variam de acordo com seus interesses. Precisamente, uma característica da CSS é a diversidade política, cultural e ideológica dos atores envolvidos no processo de formulação e de gestão.

Para José António Alonso (2015), de acordo com a prática da CSS dos últimos dez anos, os países podem ser classificados em cinco grupos: no primeiro grupo estão os países do leste Europeu que definem suas políticas de desenvolvimento como parte fundamental de adaptação às regras e políticas requeridas pela União Europeia (p. 193). O segundo grupo formado pelos países que estão começando a fornecer cooperação, se conhecem como “*doadores emergentes*”, dentro desse grupo estão aqueles que já fazem parte das Organizações para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como a Turquia, o México, o Chile, ou aqueles que gostariam de pertencer a essa categoria como é o caso da Colômbia, e do Uruguai.

O terceiro grupo é conformado por países árabes. Em quarto lugar, estão os países que são grandes defensores dos princípios que inspiram a CSS como a não ingerência nos assuntos internos dos Estados, a horizontalidade, a solidariedade, a não condicionalidade da ajuda ao desenvolvimento, entre outros. Alonso (2015) classifica países latino-americanos como pertencentes a esse contexto incluindo a Venezuela, o Brasil e Cuba. Por último, no quinto grupo está a China, que é considerada um caso especial que poderia ser um interessante assunto de futuras pesquisas.

Outra proposta acadêmica feita neste livro, e que talvez se beneficie da maior pesquisa acadêmica, é a relação entre CSS e a política exterior. A maioria dos países da América do Sul têm incorporado como um elemento de sua política externa o desenvolvimento e fortalecimento da CSS. O interessante dessa aproximação é analisar cada país e como cada um pode alcançar seus objetivos mediante a CSS.

Para alguns países, o objetivo quanto ao fortalecimento de suas políticas exteriores, poderia ser o de atingir o desenvolvimento e assim diminuir os índices de desigualdades sociais e econômicas em seus territórios. Exemplo disso, é o caso dos países da América Central. Para outros países, seu objetivo poderia ser o de exercer maior influência na tomada de decisões nos assuntos da agenda internacional. Nesse aspecto, o Brasil, o México, e a Argentina tem especial interesse.

Também há países que estão à procura de melhorar sua posição ou visibilidade no sistema internacional, como é o caso da Colômbia.

A CSS é o resultado dos distintos acordos políticos empreendidos pelos diferentes Estados, os quais procuram em torno a essa modalidade, uma forma de associar-se para colaborar

(entre sócios) e resolver os problemas do desenvolvimento. Uma característica importante que os países do *Sul global* gostam de realçar é a heterogeneidade ou diversidade dos atores dentro dessa modalidade, essa heterogeneidade é vista como uma forma de enriquecer a noção sobre a qual o sul foi construído, como uma forma de justificar sua essência e razão de ser. Mas, na realidade, essa heterogeneidade entre os países do sul não é outra coisa mais do que complexidade política e operacional, o que torna difícil haver um consenso, pois predominam as diferenças no momento de entrar a negociar ou discutir qualquer assunto onde prevaleça a intenção de encontrar um comum acordo (Hirst. 2010, p. 26).

Em palavras de Mónica Hirst “Observam-se diferenças no seio dos países do Sul quanto ao caráter *universal* de conceitos como eficácia e boas práticas na CID” (2010, p. 22). Esses dois conceitos são importantes dentro da agenda de cooperação, mas é o conceito de eficácia o que desperta maior interesse aos Estados.

Há dinâmicas no processo de evolução da CSS que abrirão interessantes campos de pesquisa, não somente o debate epistemológico em torno à concepção do Sul global, mas também sobre os equilíbrios de poder imperam em matéria de CID, como a réplica de práticas dentro da CSS sobre comportamentos próprios das dinâmicas de poder das relações norte-sul. Isto se assemelha a importância da cooperação internacional e as relações entre Estados no marco do debate entre positivistas e refletivistas.

Embora o livro *Relaciones Internacionales y cooperación con enfoque Sur-Sur* destaque a necessidade de incorporar ao estudo da cooperação entre países um olhar desde as relações internacionais, não transpõe a barreira de uma mera revisão teórica geral. Assim, não aprofunda seu estudo em uma base teórica e carece de um

debate mais profundo emoldurado com conceitos próprios da disciplina das relações internacionais.

A literatura acadêmica que existe até agora sobre a CSS, continua imitando os mesmos esquemas analíticos que tem o foco em demonstrar através das cifras e citações de discursos oficiais a necessidade de transformar o sistema internacional da cooperação internacional em torno a alguns espaços políticos próprios de discussão para os países do *Sul global*.

Uma interessante aproximação, que complementa a análise da autora, é o livro de Guillermo Santander (2016) *Identidades e intereses en la Cooperación Sur-Sur: los casos de Chile, Venezuela y Brasil*, do Instituto Complutense de Estudos Internacionais, um livro que serve como ponto de partida para enriquecer o debate acadêmico e de pesquisa dentro das relações internacionais através de três estudos de caso bem-sucedidos.

No entanto, uma ideia que emerge desse trabalho analítico, sobre o qual se poderia aprofundar através de pesquisa quantitativa, é a de mudar a noção romântica em torno da qual a CSS vem sendo consolidada na última década. Pretende-se formular um tipo de ajuda idealizada em termos de seus benefícios e reais potencialidades (Sotillo, 2016, p.8), algo interessante de refutar quando é contrastado com a realidade.

A CSS não pode seguir sendo vista como a solução aos problemas do desenvolvimento dos países do Sul. A CSS é um instrumento dentro da CID que complementa os esforços que em matéria de ajuda internacional os países fazem para melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas. A responsabilidade nos processos sociais que os países empreendem são exclusivamente de seus governos, e precisa-se de uma verdadeira vontade e

comprometimento político para o cumprimento dos acordos internacionais. Um elemento dentro dessa análise, é o fato de que essa vontade política não é outra coisa que a manifestação interesses internos dos governos ou o comissionamento.

O estudo da CID na disciplina das relações internacionais tem um longo caminho por percorrer nos marcos de uma nova ordem internacional onde o sul seja cada vez mais um protagonista no seu processo de desenvolvimento.

Finalmente, chega-se a uma conclusão cuja reflexão versa sobre qual deveria ser o papel da CSS, dentro de uma modalidade que permita garantir a construção de um novo sistema de cooperação mais legítimo e representativo; “O que constitui um desafio, mas ao mesmo tempo uma tarefa tão empolgante como necessária” (Ojeda, 2016, p. 219).

Essa é, portanto, uma tarefa complexa que envolve outras formas de conhecimento para superar, ou pelo menos avançar, no debate em torno a dicotomia entre paz e guerra; cooperação e conflito; norte e sul, como é proposto pelo sociólogo português Boaventura de Sousa em seu livro sobre as *Epistemologias do Sul* (2009).

Referências

- Alonso, J. A. (2015). Más allá de la ayuda: Redefiniendo el sistema de cooperación para el desarrollo. En: J. A. Ocampo (ed), *Gobernanza y Desarrollo: nuevos desafíos y prioridades de la cooperación internacionales* (pp. 161-206). Buenos Aires: Siglo XXI.
- Ayllón, B., & Surasky, J. (2010). *La cooperación Sur-Sur en Latinoamérica: utopía y realidad*. Madrid: Catarata.

- Ayllón, B., & Tahina, O. (2013). *La cooperación Sur-Sur y triangular en América Latina*. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación de la Universidad Complutense de Madrid.
- Bárcena, A. (2015). La descolonización de la agenda para el desarrollo después de 2015. Hacia una asociación universal para el desarrollo. En J. A. Ocampo, & J. A. Ocampo (eds.) *Gobernanza Global y Desarrollo* (pp. 115-157). Buenos Aires: Siglo XXI
- De Sousa, B. (2009). *Una Epistemología del Sur*. Buenos Aires: Clacso Coediciones.
- Hirst, M. (2010). América Latina y la Cooperación Sur-Sur. En: B. Ayllón, & J. Surasky, *La cooperación Sur-Sur en Latinoamérica* (pp. 17-39). Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación.
- Ojeda, T. (2016). *Relaciones internacionales y cooperación con enfoque Sur-Sur*. Madrid: Catarata.
- Santander, G. (2016). *Identidades e intereses en la cooperación sur sur*. Madrid: Catarata.
- Sotillo, J. (2011). *El sistema de cooperación para el desarrollo*. Madrid: Catarata.
- Sotillo, J. A., & Ayllón, B. (2017). *Las transformaciones de América Latina. Cambios políticos, socioeconómicos y protagonismo internacional*. Madrid: Catarata.